

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
55.975.721/0001-09 - APEX PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	21/07/2025 10:41	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
44.158.296/0001-49 - DE PAULI INOCENTE E INOCENTE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	24/07/2025 01:39	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
24.502.360/0001-50 - GOMES GEDEON CONSULTORIA E ADVOCACIA Porte Empresa: Grande Empresa	23/07/2025 17:23	Tratamento diferenciado ME/EPP: Não Programa de Integridade: Não

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
42.507.491/0001-01 - GRUENBAUM, POSSINHAS & TEIXEIRA LTDA Porte Empresa: Grande Empresa	11/07/2025 11:07	Tratamento diferenciado ME/EPP: Não Programa de Integridade: Sim
36.736.895/0001-74 - MT INTELLECTUAL - CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	11/07/2025 13:45	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
07.336.918/0001-55 - REMER VILLACA & NOGUEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL S/S Porte Empresa: ME ou EPP	23/07/2025 14:40	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
27.993.532/0001-23 - SIMAN GESTAO E CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	14/07/2025 10:49	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
13.333.343/0001-10 - VAZ E DIAS ADVOGADOS E ASSOCIADOS Porte Empresa: Grande Empresa	21/07/2025 14:49	Tratamento diferenciado ME/EPP: Não Programa de Integridade: Sim
03.336.489/0001-65 - VILAGE MARCAS E PATENTES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	10/07/2025 13:27	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3º da lei complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 12.304/2024 respectivamente